

Célia Regina dos Santos Lopes<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo desse artigo é discutir os conceitos básicos do fenômeno da gramaticalização, aplicando-os a fenômenos de mudança na história do português. A proposta de cunho didático baseia-se na versão mais clássica do paradigma da gramaticalização abordando, principalmente, a perda e adoção de propriedades morfosintáticas nos processos de recategorização. Além dos exemplos recorrentemente utilizados na discussão do fenômeno de gramaticalização (*amare habeo* > *amarej*; nome *mente* > sufixo adverbial), outros fenômenos relevantes para a história do português são abordados: a pronominalização de nominais (*gente* > *a gente*, *Vossa Mercê* > *você*) e a formação de juntivos/conjunções/conectores a partir de advérbios. A análise dos casos escolhidos comprova que a gramaticalização não é um processo que possa extinguir, mesmo nos estágios cronologicamente mais avançados. As descrições apresentadas evidenciam que, nos processos de gramaticalização, há sempre permanências ou resquícios de etapas anteriores. A identificação de propriedades formais e semânticas que persistem nos itens/construções gramaticalizadas ajuda a compreender algumas aparentes idiosincrasias comuns a categorias gramaticais oriundas de processos de gramaticalização.

**Palavras-chave:** gramaticalização; história do português; pronominalização; advérbios; conjunções.

**Abstract:** The aim of this paper is to discuss the basic concepts of the grammaticalization phenomenon, applying them to some change processes in the history of Portuguese. The didactic proposal is based on the most classic version of grammaticalization paradigm, discussing mainly the loss and acquisition of morphosyntactic properties in the recategorization processes. First, we present data that are recurrently used to discuss the phenomenon of grammaticalization (*amare habeo* > *amarej*; noun *mente* > adverbial suffix). Then, we discuss other relevant phenomena in the history of Portuguese: the pronominalization of nominal expressions (*gente* 'people' > *a gente*; *Vossa Mercê* > *você*) and the formation of conjunctions from adverbs. The analysis of the selected cases proves that the grammaticalization is not a process that can extinguish, not even during the chronologically later stages. The descriptions presented show that in the grammaticalization processes some original properties will tend to survive in the new grammaticalized form. The identification of formal and semantic properties that persist in the lexical items/constructions helps us to understand some apparent common idiosyncrasies of grammatical categories coming from grammaticalization processes.

**Keywords:** grammaticalization; history of Portuguese; pronominalization; adverbs; conjunctions.

---

<sup>1</sup> Professora Associada de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. [celiar.s.lopes@gmail.com](mailto:celiar.s.lopes@gmail.com)

## Introdução

O objetivo deste artigo é discutir os conceitos básicos do fenômeno da gramaticalização, observando principalmente os processos de recategorização, ou seja, casos de formas gramaticalizadas que sofreram mudança categorial. A abordagem adotada recupera autores mais clássicos por conta de ser uma proposta que pretende analisar mudanças categoriais a partir da perda e adoção de propriedades morfossintáticas. A partir da definição do fenômeno, serão discutidos os exemplos mais recorrentemente citados nos estudos de gramaticalização: (i) verbo auxiliar *habere* latino passando a sufixo de futuro nas línguas românicas e (ii) nome *mente* se tornando sufixo formador de advérbios de modo. Outros fenômenos importantes para a história do português serão descritos no artigo pelo viés da gramaticalização. Estão, nesse caso, a pronominalização de nominais (*gente* > *a gente*, *Vossa Mercê* > *você*) e a formação de juntivos/conjunções/conectores a partir de advérbios. A escolha dos casos analisados não é aleatória, pois o intuito do artigo é apresentar princípios elementares sobre gramaticalização para serem aplicados aos cursos de história da língua portuguesa.

O artigo está estruturado da seguinte maneira. Além da conceituação geral, na primeira seção, que visa didaticamente apresentar conceitos clássicos de gramaticalização, são discutidos, na seção seguinte, os dois exemplos considerados casos prototípicos de gramaticalização, em que itens lexicais ou construções se tornaram realmente afixos ou parte deles. A retomada desses exemplos, bastante conhecidos, tem como finalidade mostrar que, mesmo nos casos canônicos de gramaticalização, alguns princípios, como o gradualismo e a persistência, se fazem presentes. Na seção 3, serão apresentados alguns princípios pertinentes de gramaticalização, aplicando-os à pronominalização de nominais. Na seção 4, são ilustrados alguns casos de gramaticalização em que advérbios passam a funcionar como conectores/conjunções/juntivos. Por fim, têm-se as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

## 1. Conceitos teóricos básicos sobre gramaticalização

A gramaticalização<sup>2</sup>, grosso modo, ocorre quando um item lexical/construção passa a assumir, em certas circunstâncias, um novo status como item gramatical ou quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais<sup>3</sup>, podendo mudar de categoria sintática (=recategorização), receber propriedades funcionais na sentença, sofrer alterações semânticas e fonológicas, deixar de ser uma forma livre e até desaparecer como consequência de uma cristalização extrema<sup>4</sup>.

Nos estudos funcionalistas sobre gramaticalização<sup>5</sup>, revigorados nas décadas de 1980 e 1990, diversos autores<sup>6</sup> retomam a discussão sobre o *problema da transição* e defendem ser o gradualismo inerente aos fenômenos de gramaticalização estudados (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). Postula-se, inclusive que, por ser um fenômeno contínuo, a gramaticalização não é um processo que possa se extinguir. Tal perspectiva não contradiz os princípios da teoria Sociolinguística laboviana quando defende que os fatores que produzem mudanças, não só no âmbito linguístico, como também no da vida humana, não são abruptos e repentinos, mas atuam lenta e gradualmente, e é por isso que a mudança linguística requer a observação de dois ou mais estágios de uma língua. Na trajetória da mudança, há estágios intermediários em que formas em conflito se distribuem

<sup>2</sup> Hopper e Traugott (1993) apontam a diversidade de sentido do termo gramaticalização, enfatizando que o fenômeno pode ser estudado dentro de uma perspectiva histórica, na qual, em geral, se prefere o termo *gramaticalização*, ou numa perspectiva sincrônica, na qual o termo *gramaticização* é o preferido. A perspectiva histórica, que mais nos interessa aqui, vê a gramaticalização como um subconjunto da mudança linguística, “um tipo de mudança sujeita a certos processos gerais e caracterizado por certas consequências, tais como a mudança na gramática” (TRAUGOTT; HEINE, 1991, p. 3). Ver ainda Traugott e Heine (1991); Hopper e Traugott (1993); Heine (2003); Castilho (1997), entre outros.

<sup>3</sup> Tornar-se mais gramatical significa dizer que o item passa a assumir posições mais fixas nas sentenças, tornando-se previsível em termos de uso (MARTELOTTA *et al*, 2003).

<sup>4</sup> Adaptado de Castilho (1997, p. 31).

<sup>5</sup> Castilho (1997, p. 59), revisitando o tema, ressalta, no entanto, que a gramaticalização é um fenômeno que vem sendo estudado por diferentes correntes teóricas, embora nem sempre se saiba claramente qual delas subjaz aos inúmeros estudos realizados. O principal ponto da discussão não é chegar à conclusão de que é o discurso, como privilegiam os funcionalistas, ou a gramática, como apregoam os formalistas, que desencadearia os processos de gramaticalização, mas que haveria processos cognitivos anteriores que atuariam as potencialidades dos itens lexicais. Concebe-se, pois, o Léxico “como o módulo central da língua, em que estão depositados itens já marcados por propriedades gramaticais, discursivas e semânticas”.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Lichtenberk (1991).

irregularmente entre falantes e ouvintes num processo que pode aparentemente durar séculos. As mudanças não afetam um sistema linguístico em sua totalidade e, nesse sentido, pode-se falar em um *continuum* evolutivo diacrônico, que pode ser paralelo ao *continuum* categorial sincrônico. Defende-se que os “limites entre diacronia e sincronia se desfazem e o único que se mantém é um dinamismo constante e essencial às línguas” (COMPANY COMPANY, 2003, p. 19).

Como a gramaticalização ocorre? O que determinaria uma mudança que se opera do léxico à gramática?

Desde o século XIX, desenvolvem-se estudos que tentam explicar como se originam e se desenvolvem as categorias gramaticais. Numa perspectiva de caráter mais funcionalista<sup>7</sup>, a trajetória da mudança se daria pela regularização do uso da língua que ocorreria a partir da criação de expressões novas e de rearranjos vocabulares feitos pelo falante para atender seus propósitos comunicativos. Com a repetição de uma construção ou forma<sup>8</sup>, algo que é casuístico se fixa, tornando-se normal e regular, ou seja, se gramaticaliza. A contínua regularidade ocorre quando as estratégias discursivas empregadas pelo falante numa situação comunicativa perdem a eventualidade criativa do discurso e passam a ser regidas por restrições gramaticais (do discurso para a gramática). É como se os elementos lexicais fossem perdendo suas potencialidades referenciais de representar ações, qualidades e seres do mundo biossocial e fossem ganhando a função de estruturar o léxico na gramática, assumindo, por exemplo, funções anafóricas e expressando noções gramaticais como tempo-modo, aspecto, etc.

A frequência de uso (COMPANY COMPANY, 2003, p. 28) é um fator primordial na geração de uma mudança, pois “fixa o uso, o rotiniza, outorga apoio paradigmático e cria estabilidade no sistema”, além disso, a repetição leva ao enfraquecimento da força semântica (ou generalização) de uma forma pelo hábito, ou seja, as formas tornam-se mais gerais, mais abstratas quanto ao seu significado (BYBEE, 2003). Essa perda de transparência semântica leva ao emprego da construção em outros contextos com novas associações, estabelecendo mudança semântica.

A origem do processo teria, pois, uma motivação pragmático-discursiva, por isso, alguns autores postulam estágios ou etapas da gramaticalização como o ciclo funcional de Givón (1979). O esquema do autor busca representar os processos de regularização do uso da língua em termos diacrônicos: Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonologia > Zero. Em princípio, itens lexicais/construções começam a ser utilizadas casualmente no discurso e, embora possam ter determinada função gramatical, seu uso não é sistemático e fixo. Por conta da sua repetição, tal forma ou construção torna-se mais regular com determinada estruturação sintático-morfológica. O item/construção se cristaliza morfológicamente perdendo paulatinamente sua variabilidade sintagmática: sua ordem torna-se mais rígida, não podendo, por exemplo, sofrer inversão ou intercalação de elementos (morfologia). Por conta da frequência de uso pode ainda sofrer algum tipo de alteração fonológica (erosão) e desaparecer. Caso atinja ao zero, outro item ou construção é recrutado para substituí-lo formal e funcionalmente, recomeçando o ciclo funcional. Há outras perspectivas semelhantes como é o caso dos diferentes estágios de gramaticalização: sintaticização morfologização redução fonológica estágio zero (reinstauração de todo o processo).

## 2. Os exemplos recorrentes

### 2.1 - De verbo auxiliar a morfema de futuro

A gramaticalização do verbo auxiliar *habere* latino em parte do morfe de tempo futuro em diversas línguas românicas se configura como um caso clássico recorrentemente empregado para ilustrar o processo de perda do estatuto lexical e adoção de estatuto gramatical. A estrutura analítica constituída por verbo no infinitivo seguida pelo verbo *habere*, *amare habeo*, no latim clássico, queria dizer “tenho de amar” ou “tenho vontade/desejo de amar”. Essa combinação “se estabeleceu como uma locução volitiva, focalizando, do presente, a vontade que uma ocorrência se desse.” (CAMARA JR., 1975, p. 132). No latim vulgar, tal estrutura tornou-se o modo de expressar o tempo futuro nas diferentes línguas românicas. Coexistindo com o futuro sintético latino *amabo*, apesar de ser

<sup>7</sup> A análise linguística de base funcionalista prioriza a linguagem como fenômeno mental e social, correlacionando fatores sócio-comunicativos e/ou sócio-cognitivos em situações “reais” de uso.

<sup>8</sup> A repetição é vista como um processo pelo qual seqüências de palavras ou morfemas, frequentemente usados, se tornam automáticos como uma única unidade de processamento.

empregado com uma acepção semântica específica, sua eventualidade discursiva permitia maior liberdade sintática (01) e intercalação de elementos (02):

(01) habeo amare

(02) amare te habeo

Ao tornar-se mais frequente, a estrutura sofreu enfraquecimento de sua força semântica, se rigidificou, sofrendo a aglutinação dos dois vocábulos a partir de uma redução fonética violentíssima da forma *habere*. O ponto de partida foi, possivelmente, a queda da consoante /b/ intervocálica, criando um hiato que sofreu assimilação, ditongação e/ou contração:

(03) (amare) habeo > a(b)eo > \*aio > \*eio > ei

Um outro dado importante refere-se aos resquícios nas formas gramaticalizadas de antigos estágios da língua (ou *persistências* formais)<sup>9</sup>. No caso da formação desses novos futuros sintéticos, seja do presente, *amarei*, ou do pretérito, *amaria*, tem-se como “regra” o emprego de pronome oblíquo mesoclítico. Na realidade, os únicos tempos que admitem mesóclise são esses dois tempos verbais originados de antigas formas perifrásticas. A mesóclise, já em desuso no português falado e até escrito, poderia ser considerado um resquício do antigo futuro analítico constituído de *infinitivo* + *habere*. O pronome ocorre justamente entre o “suposto” infinitivo e o verbo auxiliar (04). Se sincronicamente a desinência de futuro é - ra ~ re - o clítico estaria cindido o sufixo. Em (04b), há a intercalação de um elemento entre a vogal temática e a desinência modo-temporal. Somente casos gerados a partir de processos de gramaticalização explicam tais idiosincrasias.

(04) a. encontrar-te-ei  
b. paga-lo-ia

Tal exemplo é considerado um caso clássico de gramaticalização por encaixar-se perfeitamente ao esquema de Givón (1979): Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonologia > Zero. No atual estágio da língua, pode-se conjecturar que a forma morfologizada do futuro do indicativo (*amarei*) esteja no estágio zero, uma vez que o falante introduziu no “discurso”, para marcar a “noção de futuro”, a combinação de *ir* + *infinitivo* (05), iniciando um novo processo de gramaticalização.

(05) a. vou fazer  
b. vou amar

No caso da estrutura atual *ir* + *infinitivo* também são verificadas alterações semânticas. O verbo *ir* como verbo pleno significa originalmente “deslocar-se no espaço”. Na construção em análise, houve uma extensão semântica de “movimento no espaço” para “movimento no tempo” e o verbo *ir* passa a funcionar, nessa construção, como um verbo meramente auxiliar de tempo futuro. Alguns empregos causam certa estranheza entre os falantes do português em determinados níveis sociais, como é o caso de *vou ir* que aparentemente seria redundante, levando em conta o sentido primitivo de *ir* (ir duas vezes?). Outros, entretanto, não recebem qualquer avaliação negativa, como é o caso de *vou estar* e *vou ficar*, embora tenhamos um suposto verbo de movimento (*ir*) aliado a verbos de não-movimento ou permanência (*estar*, *ficar*).

Em inglês, há um caso semelhante com a construção *be* + *going* + *to* + *verb*. Originalmente, a estrutura sintática [*I'm going*] [*to sell my car*] era constituída por duas orações. A primeira seria a principal seguida por uma oração adverbial final: *eu vou para (a fim de) vender o meu carro*. O verbo *go* se constituída como verbo predicador com sentido de movimento/deslocamento no espaço físico. A oração [*to sell my car*] introduzia a finalidade desse deslocamento espacial. Para a formação do futuro em inglês, a estrutura em (06) foi assim reanalisada

<sup>9</sup> Ver princípio da “persistência” de Hopper (1991).

(reinterpretada)<sup>10</sup> e, por redução fonológica, tem-se a nova estrutura em (07), que passa a ocorrer não só com verbos de ação, mas também com verbos de estado, como em (08):

(06) [I am going to<sup>11</sup>] [sell my car]<sup>12</sup>

(07) [I'm gonna] [sell my car]

(08) [I'm gonna] [stay at home]

## 2.2 - De nome a sufixo de modo: a questão do *-mente*

Outro exemplo recorrente e comum a diversas línguas românicas é o nome *mente* (latim) que se gramaticalizou em sufixo formador de advérbios de modo. Trata-se de outro caso de item lexical que atinge um nível máximo de gramaticalização por se tornar um morfema derivacional.

O nome *mente* com o sentido de “o modo, a maneira” era frequentemente utilizado como núcleo do sintagma que vinha determinado por adjetivos em construções como:

(09) agir [cristã mente] = agir [de modo cristão]

Segundo Camara Jr. (1975, p. 123), “o emprego de **mente**, inicialmente o ablativo do substantivo feminino *mens* “mente”, combinado com um adjetivo que se quer usar adverbialmente, foi um mecanismo geral utilizado já no latim vulgar para derivar advérbios de adjetivos. O adjetivo é obrigatoriamente anteposto e concorda em gênero com *menta*, que tem na construção o sentido geral de “maneira, modo”.

É bem provável que no latim vulgar o nome *mente* fosse mais frequentemente utilizado posposto ao adjetivo do que anteposto a ele. A repetição de tal construção *adjetivo + mente* fixou seu uso como uma única unidade de processamento que se generalizou pelo hábito para indicar modo. Tal formação adverbial em *-mente* também se configura como um processo de morfologização, pois, de acordo com Meyer-Lubke (*apud* SANDMANN, 1996, p. 77) é o único caso em que há uma “passagem da construção sintática pela composição até a formação sufixal”.

Não se pode esquecer, entretanto, que tal fenômeno evidencia que mudanças ocasionadas por processos de gramaticalização não se configuram necessariamente como concluídas ou acabadas, ou seja, as formas evoluem do “léxico” para a “gramática”, de “menos gramatical” para “mais gramatical”, mas não há perda completa de suas propriedades originais como se viu em 2.1 (*infinitivo + habeo*). As formações derivacionais em *-mente* apresentam, atualmente, peculiaridades inusitadas. Camara Jr. (1975, p. 123), por exemplo, chega a afirmar que se trata, em português, de uma locução: “dois vocábulos fonológicos e mórficos distintos usados em bloco como uma unidade secundária”.

Em português, qualquer advérbio em *-mente* tem como base um adjetivo no feminino<sup>13</sup>. Pode-se dizer que a sistematicidade desse tipo de formação adverbial se justifica pelo fato de o nome *mente* ser originalmente feminino e por isso mantém-se uma suposta concordância com o adjetivo. Como ocorre em outros casos de gramaticalização, o sufixo não perdeu completamente as características originais. Ainda hoje o sufixo *mente* combina-se apenas com bases adjetivas no feminino (10) e pode ser elidido numa sequência de advérbios (11), o que não ocorre com outros sufixos.

<sup>10</sup> A reanálise ocorre com o apagamento das fronteiras entre determinados constituintes sem alteração da estrutura superficial da unidade sintática, desenvolvendo-se uma nova estrutura. Harris e Campbell (1995) afirma que a *reanálise* é um dos três mecanismos de mudança sintática, além da *extensão semântica* e dos *empréstimos* pelo contato entre línguas. Para o autor, a gramaticalização é um processo decorrente de uma série de reanálises e não um mecanismo particular com estatuto independente. A gramaticalização pode ser também um processo decorrente de extensões como é caso do verbo pleno *will* do inglês que significava “querer” e era empregado apenas para sujeitos humanos [+animados]: [*The King*] [*will*] [*eat*] = [*O rei*] [*deseja*] [*comer*]. O verbo pleno *will* torna-se frequente e sofre extensão semântica, passando a ser empregado em contextos anteriormente impossíveis, como é o caso de sujeito inanimados [*The table*] [*will fall*] = *A mesa cairá*. Vê-se que a estrutura superficial é a mesma, mas as fronteiras sintáticas mudaram.

<sup>11</sup> *going to* = unidade com valor “progressivo” – Auxiliar de aspecto/tempo.

<sup>12</sup> [*sell my car*] = Verbo predicador/principal (núcleo da predicação) + complemento.

<sup>13</sup> Para Camara Jr. (1975, p. 123), “o adjetivo se flexiona com a desinência de feminino para concordar com *mente*”.

- (10) claramente, serenamente, internamente
- (11) Ele falou franca e asperamente (= francamente e asperamente)

Por conta desse comportamento idiossincrático, há uma vasta discussão sobre como analisar morfologicamente a vogal *-a-* que se interpõe entre a base nominal e o sufixo. Em princípio, seria absurdo considerar como desinência de gênero feminino por anteceder um sufixo derivacional e por constituir parte de um advérbio que são vocábulos invariáveis. A análise sincrônica mais simples para o ensino, por exemplo, seria considerar o *-a-* como mera vogal de ligação.

Apesar de não ter perdido alguns dos seus traços primitivos de nome e não ter um comportamento típico de forma derivada, pode-se dizer que o elemento *-mente* diverge do substantivo *mente* (do *mens* latino) do qual se originou. Há vários argumentos estruturais que confirmam tal posição: 1) a formação de advérbios em *-mente* é produtiva e frequente em português; 2) a posição do sufixo é fixa, sempre posposta ao adjetivo feminino (12), o que não acontece, por exemplo, com o substantivo *mente* que não sofre restrições dessa natureza (13); 3) os valores semânticos do sufixo e do substantivo divergem, pois o sufixo não forma, hoje em dia, apenas advérbios de modo (14):

- (12) futuramente, antigamente, certamente
- (13) a mente humana, a humana mente
- (14) a. indicadores de tempo: *antigamente, futuramente*;  
 b. indicadores de intensidade: cerveja *estupidamente* gelada, um dia *extremamente* quente;  
 c. modalizadores (aplicam-se a sentenças completas, indicando atitude proposicional do falante): *Felizmente* nada aconteceu contigo  
 d. aspectualizadores: *Geralmente* estou em casa às 10h e faço diariamente as mesmas tarefas.

### 3. A pronominalização de nominais

#### 3.1 - De gente a a gente

Na bibliografia referente sobre o tema, encontramos diferentes tipologias, princípios ou fases da gramaticalização. Hopper (1991) apresenta cinco princípios: *estratificação* (=layering), *divergência*, *especialização*, *persistência* e *decatégorização*. Lehmann (1985) também elenca alguns princípios: *paradigmatização*, *obrigatoriedade*, *condensação*, *fixação*, etc. Entretanto, apesar da diversidade terminológica, percebe-se que as propostas se complementam e convergem para princípios mais gerais. É possível estabelecer algumas correlações entre os princípios e alguns casos estudados para a melhor compreensão do fenômeno.

Como discutido até aqui, a gramaticalização pressupõe, principalmente nos estágios iniciais, a coexistência entre novos valores/ usos ao lado dos antigos e a permanência de propriedades lexicais nas formas gramaticalizadas. O princípio da *persistência* confirma essa perspectiva, quando se postula que “alguns traços do significado lexical original de um item tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical” (HOPPER, 1991, p. 124). A gramaticalização de *ille* (pronome demonstrativo latino) para *ele* (pronome pessoal do português) também exemplificaria tal posição. O pronome pessoal *ele* mantém a propriedade de flexão de gênero (15) e número (16) dos demonstrativos. Os pronomes pessoais “legítimos” não sofrem flexão de gênero/número (17), pois são itens lexicais diferentes, e não a variação de um mesmo item.

- (15) ele, ela
- (16) ele, eles
- (17) eu/nós, tu/vós



Considera-se que as formas de primeira e segunda pessoa teriam uma maior dimensão pragmática, no sentido de serem os verdadeiros vocábulos dêiticos situacionais. As formas de terceira pessoa são em geral menos situacionais e mais textuais, ou seja, anafóricos. Além disso, a forma *ele* (de *ille*) caracteriza-se como a “não-pessoa” em oposição às verdadeiras pessoas do discurso (“quem fala” *eu* versus “quem ouve” *tu*). Pode-se dizer que a forma de terceira pessoa se comporta mais frequentemente como elemento anafórico do que dêitico, o que é mais raro para as outras pessoas. Enfim, a inserção de *ele* no sistema pessoal “cinde o quadro em dois tipos distintos de pronomes, com reflexos na sintaxe e em sua interpretação semântica” (CASTILHO, 1997, p. 37).

Outro caso, a ser mencionado, refere-se à gramaticalização de *gente* (nome) > *a gente* (pronome). Nem todas as propriedades formais do nome *gente* foram perdidas, assim como não foram assumidas todas as propriedades intrínsecas aos pronomes pessoais. A forma gramaticalizada mantém do nome *gente* o traço formal de 3ª pessoa, embora acione uma interpretação semântico-discursiva de 1ª pessoa. O verbo permanece na 3ª pessoa do singular, mas se pressupõe a existência de um “falante + alguém”, como em (18). A forma gramaticalizada preservou a referência genérica e a noção coletiva do nome *gente*. Tal noção também pode ser expressa pelo pronome *nós* (cf. LOPES, 2003).

(18) *A gente<sub>i</sub> deve resolver os nossos<sub>i</sub> problemas.*

O princípio da *estratificação* (*layering*) estipula a coexistência entre o novo e o velho em um domínio funcional amplo. Não há o descarte imediato da forma mais antiga em detrimento da forma emergente, mas um período de transição, de convivência das diversas camadas, que configurariam uma fase de convivência entre as duas estratégias. A variação entre *nós* e *a gente* confirma tal coexistência.

Com relação ao princípio da *divergência*, postula-se a permanência do item lexical original convivendo de forma autônoma ao lado da forma gramaticalizada, embora diverjam funcionalmente. O nome *mente* (*a mente humana*), como visto em 2.2, diverge funcionalmente do sufixo *-mente* formador de advérbios (*isso é humanamente impossível*). O nome *gente* diverge de *a gente* nas estruturas predicativas. O nome só admite a concordância no feminino mesmo que o referente seja do gênero masculino (19). A forma *a gente*, por seu turno, pode se correlacionar a adjetivos no masculino ou feminino em estruturas predicativas a depender do gênero do referente (cf. VIANNA, 2011), como em (20):

(19) *Essa gente, que só faz xixi em pé e pinga sempre a tábua, precisa deixar de ser tão porquinha.*

(20) a. *A gente está bonita* – referência exclusiva a mulheres  
b. *A gente está bonito* – referência mista, genérica ou a homens

Tal comportamento remete-nos ainda ao princípio da *deategorização* (Hopper, 1991) que consiste na neutralização das marcas morfológicas e propriedades sintáticas da categoria-origem (nome) e adoção dos atributos da categoria-destino (forma pronominal). A variação da concordância de gênero em estruturas predicativas evidencia tal princípio.

Outro aspecto refere-se à perda gradativa dos privilégios sintáticos da categoria nominal, como o fato do nome *gente* poder ser determinado por anteposição (21) (*aquela gente saiu*), posposição (22) (*gente interessante saiu*) ou anteposição-posposição simultânea de determinantes no SN (23) (*esta gente esperta saiu*), ao passo que *a gente* assumiu um dos atributos característicos dos pronomes pessoais que é o de não poder ser determinado no sintagma nominal, ocorrendo preferencialmente isolado no SN<sup>14</sup> (24). A possibilidade de determinação do nome, ao lado da impossibilidade de determinação do pronome pessoal<sup>15</sup>, seria o principal fator que oporia uma classe à outra, determinando sua referencialidade.

(21) *aquela gente saiu*

<sup>14</sup> A princípio, apesar de os pronomes e os nomes exercerem as mesmas funções sintáticas (núcleo do sujeito, complementos e integrantes de sintagmas preposicionados) - o que já levou alguns autores a considerarem desnecessário se ter a classe dos pronomes como uma classe funcional à parte - há pelo menos uma diferença fundamental em termos de comportamento sintático: os pronomes, principalmente os pessoais, ao contrário dos nomes, não podem ser antecidos por determinantes e funcionam, em geral, como núcleos isolados no SN. Pode-se dizer: “a garota estudou”, enquanto “\*a ela estudou”, ou “\*o eu estudei” seriam agramaticais.

<sup>15</sup> Os raros casos de determinação com pronomes pessoais ocorrem com as formas plurais: *nós três*, *nós todos*, *vocês dois*, além do emprego de intensificadores: *somente eu*, *mesmo ele*.

(22) gente *interessante* saiu

(23) *esta* gente *esperta* saiu

(24) a gente saiu

### 3.2 - De *Vossa Mercê* a *você*

O tratamento de base nominal *Vossa Mercê*, constituído por sintagma possessivo (*Vossa* + nome abstrato *mercê*), no seu processo de gramaticalização, sofreu erosão fonética (*Vossa Mercê* > *vosmicê* > *você* > *cê*), “desbotamento” semântico e se generalizou como pronome de segunda pessoa. A alta frequência de uso desgastou o propósito comunicativo da expressão original, e os valores de cortesia, respeito, distanciamento e indiretividade se perderam com o tempo.

Tal mudança, entretanto, não foi um processo isolado, mas gradual por ser um fenômeno que pode ser analisado como consequência de uma mudança encaixada -*embedding problem* (WEINREICH *et al*, 1968) não só na estrutura interna da língua, mas também na estrutura social, expondo a *língua como o sensor das transformações sociais* em consonância com Bakhtin/Voloshinov (1973, p. 19 *apud* FARACO 1996, p. 57).

Em termos da estrutura social, houve, a partir do século XV, a emergência gradativa de formas nominais de tratamento que passaram a substituir o tratamento cortês universal *vós* em um primeiro momento pela ascensão da nobreza e mais tarde da burguesia que também exigiu um tratamento diferenciado. Essa propagação, que começou de *cima para baixo*, se disseminou pela comunidade como um todo, fazendo com que *Vossa Mercê* > *você* perdesse sua concepção semântica inicial de tratamento distante, passando a um pronome pessoal de 2ª pessoa.

Assim como discutido em 3.1, os princípios teóricos previstos no paradigma da gramaticalização também podem ser elucidativos para a compreensão de tal processo de mudança de forma nominal para forma pronominal de tratamento de 2ª pessoa.

O princípio da *estratificação ou layering* (cf. HOPPER, 1991), como discutido em 3.1, refere-se à coexistência de camadas, ou seja, pressupõe o novo e o velho em um domínio funcional mais amplo. O tratamento *Vossa Mercê* passou a concorrer com *vós*, a partir do século XV, como estratégia de cortesia. A substituição de uma estratégia pela outra não ocorreu de maneira imediata, mas ambas conviveram durante um longo período de transição. Assim, emerge uma nova camada e *Vossa Mercê* também desgastou, como ocorreu com *vós*, o seu traço de polidez. Graficamente era representada nos textos remanescentes por diferentes variantes até aparecer como *você* (*Vosmecê*, *vossuncê*, *vossê*, *você*, etc). Surge uma nova camada de variação entre *Vossa Mercê* e *você*, sobretudo, pela perda gradativa do traço de cerimônia da primeira forma. No século XIX, o inovador *você* é uma estratégia híbrida e ambígua transitando por espaços discursivo-pragmáticos distintos. Por um lado, resguarda propriedades do antigo tratamento nominal abstrato com traços de distanciamento; por outro, concorre com o solidário *tu*. Em outra etapa, a forma emergente *você* realmente assume os contextos funcionais típicos da forma mais antiga *tu*, nesse caso, como estratégia empregada nas relações mais simétricas.

Tal aspecto remete ao princípio da *divergência*, pois em processos de gramaticalização postula-se a permanência do item lexical original (*Vossa mercê*) convivendo de forma autônoma ao lado da forma gramaticalizada (*você*) com valores distintos. Como dito anteriormente, a partir de meados do século XIX, o emprego de *Vossa Mercê* e *você* tornaram-se funcional e discursivamente divergentes. A forma vulgar *você* tornou-se usual em relações assimétricas de superior para inferior, podendo assumir inclusive, em algumas situações sócio-pragmáticas, “conteúdo negativo intrínseco”, em oposição à sua contraparte desenvolvida *Vossa Mercê*, ainda presente nas relações assimétricas ascendentes. No Brasil do século XIX, a concorrência passou a ser maior entre *tu* e *você* em relações solidárias mais íntimas e de confiança.

Outro princípio, o da *especialização*, associa-se à limitação das opções, que ocorre quando há um estreitamento da variedade de escolhas, fazendo com que uma das formas se torne, em determinados contextos, praticamente obrigatória. Com a integração de *você* no paradigma de pronomes pessoais como variante de 2ª pessoa, a forma *você* trouxe para o paradigma verbal a sua marca formal de 3ª pessoa. Essa manutenção da concordância de terceira pessoa, propriedade que persiste das formas nominais originais, fez com que a nova forma gramaticalizada *você* se especializasse para indicar a pessoa gramatical na posição de sujeito, uma vez a marca desinencial não é mais capaz de fazê-lo:



- (25) a. você (2ª pessoa) fala (verbo na 3ª pessoa)  
 b. ele (3ª pessoa) fala (verbo na 3ª pessoa)  
 c. a gente (1ª pessoa) fala (verbo na 3ª pessoa)

Além da referência definida, a forma *você* teve seu uso ampliado para contextos de referência indeterminada, ocorrendo também construções existenciais (DUARTE, 1995):

- (26) *Você tem* uma loja lá na esquina (= *Há* uma loja lá na esquina)

A conservação de alguns traços do significado original, aderindo-se à nova forma gramaticalizada, remete ao princípio da *persistência* de traços e ou propriedades com a manutenção de vestígios da história lexical da forma original na forma gramaticalizada. No caso do português brasileiro, o vestígio original de *Vossa Mercê* que se manteve em *você* estaria relacionado a um processo de abstratização do sema de cortesia e da indiretividade. Em outras palavras, a nova forma pronominal apresentava resquícios de maior distanciamento, se comparada à forma *tu*, e uma carga semântica, ainda que desgastada, de cortesia. Mesmo quando o pronome *você* passou a já ser interpretado como variante de *tu*, em alguns casos específicos, manteve resquícios de formalidade de *Vossa Mercê*. O seu emprego, em cartas do século XIX, servia como estratégia de atenuação a favor da polidez linguística, marcando um maior distanciamento, o que garantia um tom menos invasivo à interação:

- (27) “Peço-te pois *intenderes* com elle esperando q elle assumo ao meo pedido, pelo q mui agradecido. Podia tambem escrever a seo Pae, e Dr João Pinheiro porem entendo não ser necessario só basta q *você* si *interessou*”. (Tio Neca a Affonsinho, 1906)
- (28) “aqui se falla muito que *Você está* ganhando dinheiro como advogado, que *hé* muito procurado, que *tens* conferencias com os homens mais notaveis, que *hé* muito consultado sobre negocios do Brasil enfim que *tens* brilhante posição, nada disto me admira” (Carlos a Rui Barbosa, 1895)

Em (27), percebe-se um emprego motivado de *você*. Tem-se uma ordem dissimulada em um pedido, o que favoreceu o emprego de um tratamento atenuador. Na carta, prevaleceu quase categoricamente o *tu-nulo*, o intruso *você* não era uma variante pronominal, mas uma forma de tratamento que minimizava a solicitação feita. O tio afirma que não era preciso fazer o pedido ao pai (o então Presidente Afonso Penna), uma vez que o destinatário (Afonso) se interessou em resolver o problema e não outra pessoa.

Já em (28), há outro contexto comum desse *você* híbrido no século XIX. Em grande parte da missiva, o tratamento utilizado também era pronome *tu-nulo*, em um tom que poderia ser qualificado como informal e solidário. Entretanto, no trecho sublinhado, através do discurso reportado, o remetente dá voz a uma terceira pessoa e o que é dito pode ser lido como o pronunciamento dessa terceira voz. O remetente se descomprometeu com o que foi dito. Nesse contexto, mais marcado, o destinatário passou a ser tratado, assim, pela forma *você*.

Mesmo em dados orais sincrônicos ainda podem ser identificadas diferenças de uso entre o emprego de *você* e *tu* que podem remeter a antigos valores ou persistências no âmbito semântico-discursivo e pragmático. O emprego de *tu*, na maior parte do Brasil, é favorecido em atos diretivos, contextos de referência determinada, situações mais solidárias e íntimas na fala de jovens, principalmente os de menor escolaridade. O emprego da forma *você*, por outro lado, é mais produtivo quando há maior neutralidade, caráter “menos invasivo”, contexto indeterminado.

Pelo gradualismo do processo, além da persistência semântica, persistiram traços formais, como a concordância verbal na terceira pessoa típica dos nomes.

Por fim, o princípio da decategorização (ou descategorização) proposto por Hopper (1991) relaciona-se, como discutido anteriormente, na neutralização das marcas morfossintáticas da forma-fonte (nome ou sintagma nominal) e a adoção de propriedades da forma-destino (forma pronominal). Na pronominalização de *você*, não foram anuladas todas as propriedades formais nominais, assim como não foram incorporados todos os traços prototípicos aos pronomes pessoais. Quanto ao traço de pessoa, por exemplo, a forma gramaticalizada *você* integrou-se ao quadro pronominal como uma forma 2ª pessoa, embora a concordância com o verbo tenha mantido a especificação formal de 3ª pessoa da categoria-fonte.

Outro aspecto relevante relacionado a esse princípio diz respeito ao fato de *você* ter se implementado em alguns contextos sintáticos mais do que outros, criando aparentes idiosincrasias que se fixaram no quadro pronominal do português. A inserção de *você* se deu primeiramente na posição de sujeito e de complemento preposicionado oblíquo. *Você* e *tu* coexistem no singular e *vocês* é praticamente categórico no plural na posição de sujeito, nas demais posições, contudo, nem o pronome complemento *o/a/os/as* nem o possessivo *vosso* se mantiveram produtivos. No primeiro caso, se empregam com maior frequência *te* variando em menor escala com *você*, *lhe* e objeto nulo e, no segundo, o possessivo *seu* ao lado da forma perifrástica *de vocês*. Interessante ressaltar que Vitral e Ramos (2006) mostram que a redução fonética em *cê* só ocorre na posição de sujeito, enquanto *ocê* se combina a formas preposicionadas (29).

(29) Isso é *procê*.

Como afirma Company Company (2003) é um processo dialético permanente entre várias tendências ou motivações comunicativas que se complementam e se equilibram. Uma variante pode vencer a outra a partir de um emprego novo discursivamente motivado, gerando-se assim desequilíbrios e inovações. Nesse processo dialético de forças comunicativas e de tendências, ora conservadoras (outorgando estabilidade), ora inovadoras (desestabilizando e gerando mudanças), que se produzem fenômenos de gramaticalização.

#### 4. De advérbios a conjunções

Processo também produtivo é a passagem de certos advérbios a conjunções, principalmente, os advérbios de valor espacial. Nesses casos, em termos estruturais o advérbio, grosso modo, perde sua liberdade sintagmática, passa a ocupar posições mais fixas ligando cláusulas. Os exemplos mais comentados dizem respeito ao *mal*, *mais*, *agora*, *já*, *em boa hora* > *embora*, *logo*, entre tantos outros que têm sido analisados à luz da gramaticalização.

Em latim, *mal* com suas declinações específicas já existia como substantivo (*malum*, *-i*), prefixo (*malevolentia*), adjetivo (*malus*, *-a*, *-um*) e advérbio (*male*). Atualmente, em português, ao lado do advérbio modal (30), tem-se o emprego de *mal* como conjunção temporal (31). O advérbio admite ainda certa mobilidade (32), ao passo que a conjunção ocupa, nesse caso, posição fixa encabeçando a oração. A alteração da ordem para pós-verbal, no caso da conjunção, nos leva a interpretar o item como advérbio (33):

(30) Ele falou *mal* de mim (= Ele não falou bem)

(31) *Mal* você saiu, ele chegou (= Assim que/no momento em que você saiu, ele chegou)

(32) Ele falou de mim (muito) *mal*

(33) Você (se) saiu *mal* (= Você não foi bem)

O elemento *agora* (DUQUE, 2002), por exemplo, surgiu da reanálise da expressão latina *hac hora* (= (*n*)esta hora). O primeiro elemento *hac* era um demonstrativo que indicava proximidade em relação ao falante e *hora* um substantivo. *Hac hora* era uma locução de ablativo que substituiu, regionalmente, no latim vulgar, o advérbio temporal *nunc* (neste momento) (CAmara Jr., 1975). O caráter temporal é mais perceptível que o espacial, embora a presença do demonstrativo na expressão latina situasse espacialmente a referência. Os limites entre espaço-tempo se imbricam na trajetória da gramaticalização como um processo de abstratização (do [+concreto] para o [+abstrato]) como se viu na discussão sobre o *ir* (verbo pleno – deslocamento/movimento no espaço) > *ir* (verbo auxiliar – deslocamento/movimento no tempo = noção de futuro). Uma escala *espaço* > (*tempo*) > *texto*<sup>16</sup> se aplica com pertinência na gramaticalização de advérbios a conjunções. A trajetória proposta para a gramaticalização do *agora* pressupõe uma passagem de sua função exofórica (ou dêitica) em (34)<sup>17</sup> para funções endofóricas – anafóricas (35) ou catafóricas (36) –, juntivas (37) e discursivas (38):

<sup>16</sup> Ver Traugott e Heine (1991) e exemplos do português em Martelotta *et al* (2003, p. 49 em diante).

<sup>17</sup> Moura Neves (2000, p. 266) apresenta diversos valores para o advérbio de tempo *agora*: a) neste momento (34a); b) na época atual; c) neste momento ou período, prolongando-se para o período imediatamente seguinte a este (34c); d) no momento imediatamente anterior a este (34b) e e) nos últimos tempos.

- (34) a. Estou saindo *agora*. [neste exato momento em que falo]  
 b. *Agora* você falou uma coisa importante [antes ao momento em que falo]  
 c. O que farei *agora*? [posteriormente ao momento em que falo]
- (35) O que você fez nesse fim de semana *agora*?
- (36) Na quinta-feira *agora* eu vou a João Pessoa.
- (37) Eu não gosto de serra, *agora* uma praia eu amo. [=mas – conjunção]
- (38) *Agora* Carlos, me fala uma coisa, você vai mesmo se mudar? [=marcador discursivo]

A oposição passado x presente reforçada pelo *agora* dêitico deve ter facilitado a sua interpretação como juntivo por conta das remissões feitas a tempos variados (anteriores ou posteriores ao momento em que falo)<sup>18</sup>: *antigamente eu era pobre (passado), agora eu melhorei de vida (presente)*.

O advérbio *já*, do latim *iam* “de modo imediato”, era uma um advérbio de natureza nominal denominado modal por assinalar “o modo de ser do evento”. A fluidez entre tempo e modo, nesse caso, não é tão nítida, como se vê em (39). Assim como acontece em *agora*, o advérbio *já* tem sido utilizado como juntivo<sup>19</sup> estabelecendo oposição entre as idéias expressas nas cláusulas (40).

- (39) a. Os convites *já* chegaram (neste momento - tempo)  
 b. Levante-se *já* daí! (rapidamente, imediatamente, logo ou neste momento?)
- (40) Gosto muito de ravioli, *já* meu marido só come talharim.

Vários advérbios também passaram a conjunções, perdendo a sua indicação espacial-temporal básica e concreta e passando a indicar relações textuais:

- (41) Depois que fui a este *logo* [do latim *locu* = lugar]
- (42) “A primeira natureza da poonba he que *em logo de* cantar geme” (Livro das Aves)<sup>20</sup> [do latim *loco*, forma reduzida de *in loco* = no lugar, ali mesmo]
- (43) a. É melhor ir *logo* falar com o médico.  
 b. Aqui seu suco, tome *logo*.
- (44) Melhorei rápido, *logo* irei ao trabalho.

Em (41), tem-se um exemplo arcaico em que o valor adverbial locativo ainda mantém o sentido original do substantivo latino *locu*. Em (42), nota-se a abstratização do sentido espacial da expressão latina *in loco*. Não se trata de um espaço físico, mas de um espaço textual, pois se opõem duas ações (*cantar* x *gerner*). Em (43 a-b), *in loco* > *locu* assume outros valores como *de imediato*, *rapidamente*, *brevemente*. Tal uso se firma, em português moderno, uma vez que se perde o valor espacial, funcionando como advérbio de tempo. Moura Neves (2000) estabelece uma distinção, mesmo que tênue, entre o exemplo (43a) e o (43b). No primeiro, teríamos *logo* com sentido de “em tempo curto, sem demora” e no outro “em momento ou período seguinte bem próximo do presente momento”. Em (44), em uma primeira leitura, *logo* é interpretado como conjunção conclusiva, segundo a tradição gramatical, pois poderia ser substituído por *portanto*, *por conseguinte*. Apesar de considerar que “o elemento conclusivo *logo* está em estágio mais avançado” de gramaticalização, Moura Neves (2000, p. 241) não apresenta uma subdivisão para conjunções conclusivas como faz o ensino tradicional. Em sua *Gramática de Usos*, chama *porém*, *contudo*, *entretanto*, *portanto*, *então*, etc como advérbios juntivos de valor anafórico por ocorrerem

<sup>18</sup> Análise proposta em Duque (2002, p. 79).

<sup>19</sup> A tradição gramatical considera o emprego de *já* como conjunção alternativa: *já – já, ora – ora, quer – quer: já se deitava, já se levantava aos gritos*. A repetição, segundo Camara Jr. (1979, p. 187), indica intermitência no tempo. A correlação *ora – ora* originou-se de hora: *ora se deitava, ora se levantava*.

<sup>20</sup> Exemplo extraído de Martelotta et al (2003, p. 64).

numa oração ou sintagma, referindo-se a alguma porção da oração ou do sintagma anterior. Os três primeiros indicariam contraste e os dois últimos, conclusão.

### Considerações finais: a gramaticalização e a metáfora da baleia

Como mencionado na Introdução, esse artigo propunha simplesmente apresentar conceitos básicos sobre gramaticalização aplicados a alguns fenômenos de mudança para os cursos de história da língua portuguesa. Não se trata de uma discussão ambiciosa com as vertentes mais atuais que discutem o fenômeno. O intuito era introduzir a questão nos cursos de graduação em Letras.

Como discutido no artigo, percebe-se que a análise da gramaticalização pressupõe uma questão de gradação que não atende a critérios específicos do fenômeno, mas sim aos critérios gerais de mudança linguística. Os itens lexicais ou construções, ao se tornarem mais gramaticais, perdem algumas das propriedades formais e semânticas do item-fonte, enquanto outros traços persistem nas formas gramaticalizadas. O curioso é que, mesmo nos processos de gramaticalização mais antigos ou “concluídos”, é possível identificar vestígios de estágios anteriores. Tal constatação foi discutida a partir da gramaticalização do verbo auxiliar *haver* em marca de futuro e na gramaticalização do nome *mente* que se tornou afixo formador de advérbios.

É preciso destacar ainda que toda proposta ou escolha feita não foi ingênua. Nesse artigo deu-se destaque aos princípios da persistência e da decategorização, observando os traços formais que se mantiveram e que se perderam ao longo do processo de mudança linguística por gramaticalização. Tal discussão foi mais profunda na análise de formas nominais que se pronominalizaram como é o caso de *a gente* e *você*. Como se viu, tais formas herdaram dos nomes originais a concordância verbal com a terceira pessoa, o que levou à reestruturação de todo o quadro pronominal por conta do empobrecimento do paradigma verbal e do maior preenchimento do sujeito no português brasileiro. A posição de sujeito parece ter sido o gatilho dessa mudança o que permite conjecturar a hipótese de que os itens lexicais requerem um contexto específico e uma determinada construção para que o processo de gramaticalização seja desencadeado (HEINE, 2003).

Para finalizar, cabe resgatar uma analogia bastante didática que já foi discutida em outro momento (LOPES, 2010). A relação entre linguística e biologia é bastante antiga e se propõe um paralelismo entre as duas áreas de conhecimento. O fenômeno da gramaticalização é considerado uma “metáfora da baleia”. O que isso quer dizer objetivamente? “Descobertas de esqueletos de baleias comprovam sua evolução a partir de um animal terrestre (semi-aquático). Os paleontólogos já comprovaram por sua morfologia e anatomia que as baleias primitivas tiveram patas traseiras que desapareceram quase por completo nas espécies modernas, além de membros anteriores que se tornaram as barbatanas dianteiras. O movimento da cauda feito verticalmente também está diretamente relacionado ao modo de vida terrestre de seus ancestrais quadrúpedes. Talvez alguma mudança climática violenta tenha tornado a comida terrestre escassa, forçando os animais a se adaptarem completamente ao meio aquático (fatores externos)” (LOPES, 2010). As baleias, por alguma razão, evoluíram de animais terrestres a marinhos, mas não perderam todas as suas características ancestrais, ou seja, não perderam suas “propriedades formais” como ocorre nos processos de gramaticalização aqui apresentados. É bom lembrar que as baleias sofreram um processo de mudança, mas não são peixes, pois mantiveram de estágios evolutivos anteriores alguns de seus traços primitivos, como o fato de serem mamíferos. A gramaticalização, como se vê, é uma baleia.

### Referências bibliográficas

- BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (Eds.). *The Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 602-623.
- CAMARA JR., J. Mattoso. História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*, nº 19, p. 25-64, 1997.
- COMPANY COMPANY, Concepción. ¿Qué es un cambio lingüístico? In: SOLER, Maria Ángeles; COLOMBO AIROLDI, Fulvia (Eds.). *Cambio lingüístico y normatividad*. México: Univ. Nac. Autónoma de México, 2003. p. 13-32.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio ‘Evite pronome’ no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- DUQUE, P. H. *O elemento agora sob o enfoque da gramaticalização*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

- FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, nº 13, p. 51-82, 1996.
- GIVÓN, T. From discourse to syntax: Grammar as a processing strategy. *Syntax and Semantics*, v. 12: Discourse and syntax, p. 81-109, 1979.
- HARRIS, A. C.; CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard D. (Eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 575-601.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*, v. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. p. 17-35.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LEHMANN, Christian. Grammaticalization: Synchronic Variation and Diachronic Change. *Lingua e Stile*, XX, 3, p. 303-318, 1985.
- LICHTENBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*, v. I. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Company, 1991. p. 37-80.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. A persistência e a decategorização nos processos de gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Orgs.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. São Paulo: Mercado das Letras, 2010. p. 275-314.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003.
- MARTELOTTA, M.; CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). *Linguística funcional - teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOURA NEVES, M. H. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- SANDMANN, J. A. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Ed. da UFRP, 1996.
- TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to Grammaticalization*, v. 2. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1991.
- VIANNA, J. B. S. *Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- VITRAL, L.; RAMOS, J. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/FALE-UFGM, 2006.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In.: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.